



# GRANDES MOMENTOS DO PARLAMENTO BRASILEIRO



**GRANDES MOMENTOS DO  
PARLAMENTO BRASILEIRO**





# GRANDES MOMENTOS DO PARLAMENTO BRASILEIRO



**Senado Federal**  
**Mesa Diretora 1999/2000**

Presidente

**Senador Antonio Carlos Magalhães**

1º Vice-Presidente

**Geraldo Melo**

2º Vice-Presidente

**Ademir Andrade**

1º Secretário

**Ronaldo Cunha Lima**

2º Secretário

**Carlos Patrocínio**

3º Secretário

**Nabor Júnior**

4º Secretário

**Casildo Maldaner**

Suplentes de Secretário

**Eduardo Suplicy**

**Lúdio Coelho**

**Jonas Pinheiro**

**Marluce Pinto**

Diretor-Geral

**Agaciel da Silva Maia**

Secretário-Geral

**Raimundo Carreiro Silva**

Secretário de Comunicação Social

**Fernando César Mesquita**



**Senado Federal**

**GRANDES MOMENTOS DO  
PARLAMENTO BRASILEIRO**

**VOLUME II**

Brasília 1999

# REALIZAÇÃO

Presidência do Senado Federal

Secretaria de Comunicação Social

Colaboraram para a realização deste álbum:

Jornalista Rubem de Azevedo Lima (análise e seleção de trechos), Anais do Senado Federal, Arquivo da Câmara dos Deputados, Arquivo do Senado Federal, Arquivo Fotográfico da Câmara dos Deputados, Biblioteca do Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Taquigrafia da Câmara dos Deputados, Taquigrafia do Senado Federal, Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira, Agência Estado, Agência Folha Imagem, *Jornal do Senado*.

Criação, Montagem e Arte Final

Subsecretaria de Projetos Especiais

Núcleo de Criação e Multimídia

Senado Federal, 1998  
Praça dos Três Poderes  
Tel.: 311-3000  
Fax: 311-1073  
CEP 70100-000  
Brasília — DF

# SUMÁRIO

## **Antonio Carlos Magalhães**

Presidente do Senado Federal

Apresentação

Página 11

## **José Maria Alkmin**

Defesa do parlamentarismo (31-8-61)

Página 13

## **Adauto Cardoso**

Protesta contra reformas pretendidas pelo

Governo João Goulart (22-8-63)

Página 15

## **Almino Affonso**

Analisa a situação política e econômica do Brasil,  
recordando os motivos que teriam levado

Getúlio Vargas ao suicídio (22-8-63)

Página 17

## **Arthur Virgílio**

Contesta a assinatura do  
Ato Institucional nº 2 (27-10-65)  
Página 19

## **Márcio Moreira Alves**

Defende-se contra solicitação do  
Ministério da Justiça, de cassação  
de seu mandato (12-12-68)  
Página 21

## **Petrônio Portella**

Na transmissão da Presidência do Senado a Filinto Müller,  
analisa a situação do Legislativo, que necessita  
adaptar-se às evoluções mundiais (28-2-73)  
Página 23

## **Paulo Brossard**

Na votação do projeto de anistia política, manifesta sua  
insatisfação com o texto apresentado (23-8-79)  
Página 25

### **Jarbas Passarinho**

Defende o projeto de anistia política (23-8-79)

Página 27

### **Marcos Freire**

Manifesta-se contra a extinção do MDB,  
quando da apreciação do pluripartidarismo (22-11-79)

Página 29

### **Roberto Campos**

Trata do problema demográfico do País e da  
imprevidência das autoridades no tocante  
às questões energéticas (16-6-83)

Página 31

### **Humberto Lucena**

Na Assembléia Nacional Constituinte,  
defende o presidencialismo como forma  
de governo para o Brasil (23-3-88)

Página 33



## **Nelson Carneiro**

Na Assembléia Nacional Constituinte,  
defende o parlamentarismo como forma  
de governo para o Brasil (23-3-88)  
Página 35

## **Afonso Arinos**

Na sessão de encerramento da Assembléia  
Nacional Constituinte, fala em nome dos  
parlamentares (5-10-88)  
Página 37

## **Ulysses Guimarães**

Encerra os trabalhos da Assembléia  
Nacional Constituinte (5-10-88)  
Página 39

## **Pedro Simon**

Em sessão solene do Congresso Nacional, homenageia a  
memória de Ulysses Guimarães (26-11-92)  
Página 41

## **Fernando Henrique Cardoso**

*Despede-se do Senado Federal, para  
assumir a Presidência da República do Brasil (15-12-94)*

Página 43

## **José Sarney**

Em sessão de abertura da 50ª Legislatura  
do Congresso Nacional, analisa a importância do  
Legislativo em um regime democrático (15-2-95)

Página 45

## **Antonio Carlos Magalhães**

Em seu discurso inaugural no Senado,  
manifesta preocupação com o funcionamento  
precário da Justiça no País (15-3-95)

Página 47

## **Darcy Ribeiro**

Em sessão do Senado Federal,  
relata projeto de lei de diretrizes e bases  
para a educação brasileira (8-2-96)

Página 49



## **Josaphat Marinho**

No Senado Federal, em convocação extraordinária,  
despede-se do Parlamento ao término do seu  
mandato (20-1-99)

Página 51

## **Silhuetas numeradas**

Página 53

## **Quadro-Resumo**

Página 54

# APRESENTAÇÃO

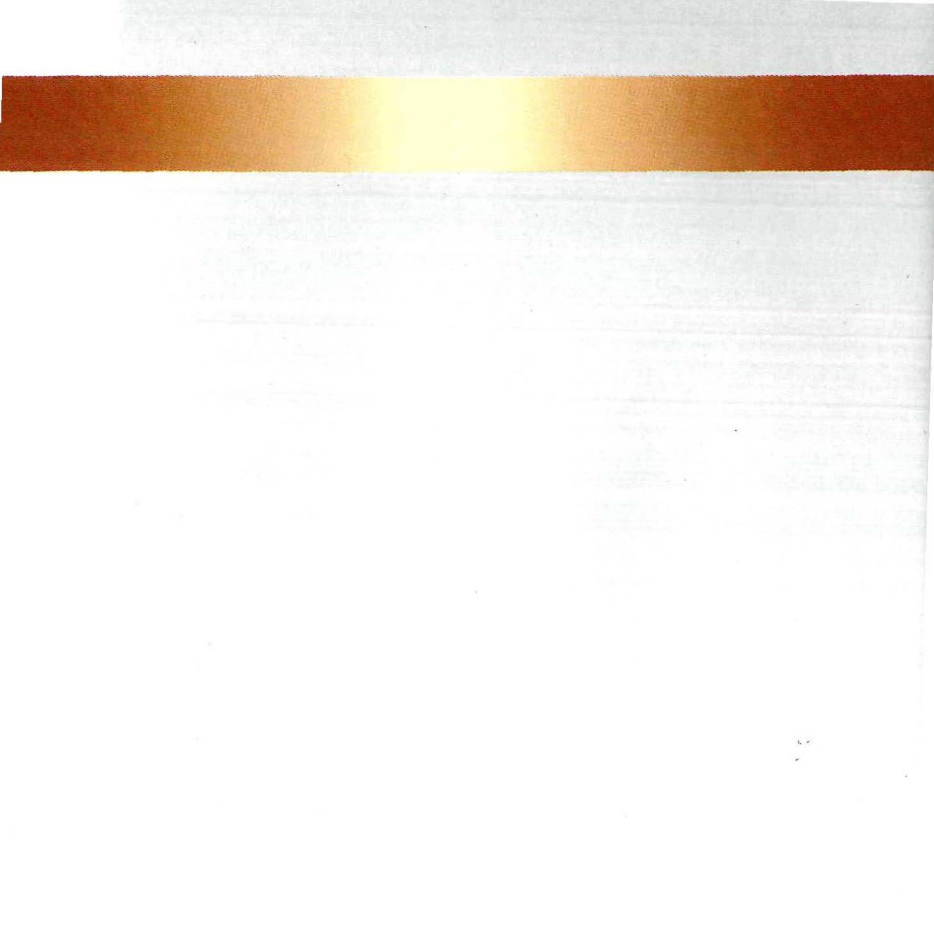
O êxito da publicação do primeiro Álbum **Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro** tornou-se responsável pela elaboração deste novo trabalho, consubstanciando notáveis registros da história do Congresso Nacional, cuja rememoração se torna imperiosa como objetivo de perpetuar determinados episódios que merecem ser gravados para o fortalecimento das nossas convicções democráticas.

Neste volume retrata-se a atuação do Poder Legislativo em momentos cruciais que antecederam e se seguiram a mudanças no sistema de governo e na política brasileira a partir da renúncia do Presidente Jânio Quadros até os dias de hoje, sem pretender esgotá-los.

Com grande empenho, foram recuperadas importantes *manifestações de senadores e deputados, revelando valiosa contribuição* do Congresso Nacional para a manutenção da ordem e do engrandecimento nacionais, como a implantação do parlamentarismo e o retorno, tempos depois, ao presidencialismo, até se chegar ao Estado democrático de direito, com a promulgação da Carta de 5 de outubro de 1988.

Dentro dos critérios anteriormente adotados, etapas decisivas do processo brasileiro são resgatadas para pleno conhecimento e correta avaliação de suas repercussões, com fiel observância das atitudes e posições então adotadas por aqueles que tinham o encargo de conduzir debates políticos marcantes da vida nacional.

Senador Antonio Carlos Magalhães  
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL



Em 31 de agosto de 1961, quando se discutia a adoção do parlamentarismo no Brasil como forma de superar as dificuldades políticas decorrentes da reação dos ministros militares (Odylo Denys, da Guerra; Sílvio Heck, da Marinha; e Grunn Moss, da Aeronáutica) à posse de João Goulart na presidência da República, o Deputado José Maria Alkmin discursa em defesa da adoção do parlamentarismo no Brasil, dizendo que o Congresso, ao aceitar o novo regime de governo, procurava superar as dificuldades do momento. (trechos)

CD 1 — Trilha 2

**José Maria Alkmin** nasceu em Bocaiúva (MG), no dia 11 de junho de 1901, filho de Herculano Augusto de Alkmin e de Sérgia Caldeira de Alkmin.

Em Diamantina (MG) conheceu duas figuras que lhe marcariam a vida: sua futura esposa, Maria Dasdores Fonseca Alkmin, nascida Maria Dasdores Kubitschek da Fonseca, e Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Em 1929 colou grau pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte.

Em 1933 candidatou-se à Assembléia Nacional Constituinte. Promulgada a Constituição em junho de 1934, foi reeleito deputado federal em outubro do mesmo ano. E, em 1945, como fundador do Partido Social

*Está provado que, se o presidencialismo nos configura um sistema de governo capaz de definir responsabilidades e dar estabilidade, ele não é próprio para dirimir as dúvidas que se estabelecem entre os brasileiros, numa hora atormentada como esta.*

*José Maria Alkmin*



Democrático, *elegeu-se deputado por Minas Gerais à nova Assembléia Nacional Constituinte. Reeleito para a legislatura seguinte (1951-1955), não assumiu, foi empossado, em 1º de fevereiro de 1951, Secretário de Finanças do Governo Juscelino Kubitschek, em Minas. A 19 de outubro de 1953, tornou-se diretor da Carteira de Redescoto do Banco do Brasil e, como tal, membro do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), funções das quais se demitiu em 24 de agosto de 1954, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Voltou à Câmara, reelegendo-se no pleito seguinte.*

*Em 1º de fevereiro de 1956 tornou-se Ministro da Fazenda do Presidente Juscelino Kubitschek, vindo a demitir-se em 21 de junho de 1958.*

*Recandidatou-se e reelegeu-se mais uma vez. E em 1964, aliou-se ao Governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, nas articulações que confluíram para a derrubada de Goulart no mês de abril.*

*Em 9 de abril, Alkmin foi eleito pelo Congresso em chapa encabeçada por Castelo Branco, Vice-Presidente da República, derrotando Auro de Moura Andrade.*

*Com a extinção dos partidos políticos em 1965, filiou-se à Arena (Aliança Renovadora Nacional), sendo ainda reconduzido à Câmara em novembro de 1966. Em março de 1967, Castelo Branco e Alkmin transmitiram seus cargos a Artur da Costa e Silva e Pedro Aleixo. Logo em seguida, Alkmin renunciou ao seu mandato na Câmara para exercer pela última vez uma secretaria de estado em Minas, a da Educação, no Governo Israel Pinheiro.*

*No pleito de 15 de novembro de 1970, ficou com a primeira suplência na legenda da Arena. Em junho de 1973, com o falecimento de Edgar Pereira, assumiu sua cadeira na Câmara. Seria sua derradeira posse. Hospitalizado em março de 1974, veio a falecer em Belo Horizonte em 22 de abril seguinte.*

*Foi membro do Instituto e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). José Maria Alkmin teve quatro filhos.*



# ADAUTO CARDOSO

15

Da tribuna da Câmara, em 22 de agosto de 1963, às vésperas da passeata programada pelo Governo para realizar-se no Rio de Janeiro com a presença do Presidente da República João Goulart, ao ensejo do nono aniversário da morte do ex-Presidente Getúlio Vargas (PTB), o Deputado Adauto Cardoso lê nota de seu partido e acusa o Presidente de procurar pressionar o Congresso, fazendo agitação política para aprovar as reformas de base que pretendia, dentre elas a reforma política e a reforma agrária. (trechos)

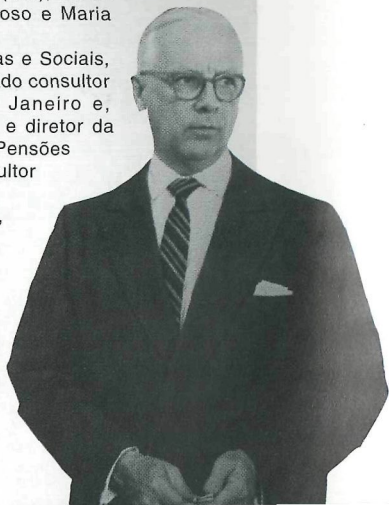
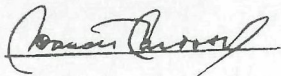
CD 1— Trilha 3

**Adauto Lúcio Cardoso** nasceu em Curvelo (MG), em 24 de dezembro de 1904, filho de Joaquim Lúcio Cardoso e Maria Venceslina Cardoso.

Em 1927, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, tendo se especializado em Direito Marítimo. Foi nomeado consultor jurídico do Lóide Brasileiro no porto do Rio de Janeiro e, posteriormente, promotor-adjunto do Distrito Federal e diretor da Carteira de Seguros do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM). Mais tarde, foi nomeado consultor jurídico do Ministério da Viação.

Elegeu-se vereador do Distrito Federal em 1947, pela legenda da UDN, mas no mesmo ano renunciou ao mandato em protesto contra a decisão do Senado

*Dizer-se que o Congresso não quer as reformas é obra de má-fé, é obra de intencional e maligna deformação da verdade.*



Federal de restringir os poderes da Câmara.

Sabendo que não teria chance de vitória, mas com intenção de impugnar a candidatura ao Senado, pelo Distrito Federal, do então governador de São Paulo, Ademar de Barros, Adauto Lúcio Cardoso se candidatou ao mesmo posto. O objetivo foi alcançado, a candidatura de Ademar foi impugnada pelo TRE, com posterior confirmação do TSE.

Nas eleições parlamentares de 1954 Adauto Cardoso elegeu-se deputado federal pelo Distrito Federal. Sempre na legenda da UDN, foi reeleito em 1958 e 1962, e participou ativamente do movimento que depôs o Presidente João Goulart, em março de 1964.

Em março de 1966, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. Filiou-se à Arena em 1966.

Em 22 de agosto de 1963, às vésperas do nono aniversário da morte de Getúlio Vargas, que, no dia 24, seria homenageado no Rio, numa concentração promovida pelos trabalhistas, o Deputado Almino Affonso analisa a situação do País, recordando os motivos que teriam levado Vargas ao suicídio. Com base em revelações da imprensa internacional, diz que em 1954 se desejava a abertura comercial do Brasil ao exterior e se pensava no fim do monopólio de petróleo pela Petrobrás. Em seu discurso, propõe a reforma da Constituição visando à concessão do voto aos analfabetos e à concretização da reforma agrária. (trechos)

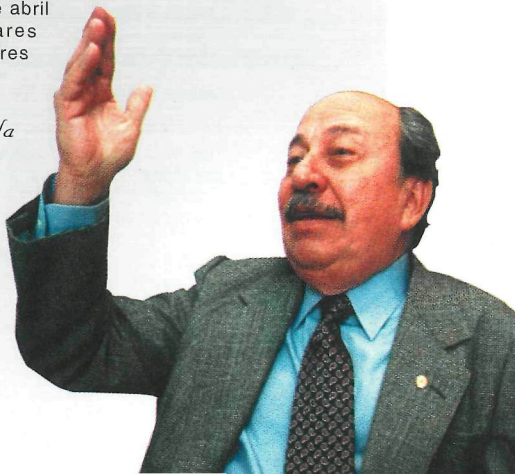
CD 1 — Trilha 4

## **Almino Monteiro Álvares Affonso**

nasceu em Humaitá (AM) no dia 11 de abril de 1929, filho de Boemundo Álvares Affonso e de Dolores Monteiro Álvares Affonso.

*... se amanhã, apavoradas diante da crescente maturidade popular, as elites dirigentes recorrerem ao regime discricionário como forma de afastar o povo do processo político, não restará ao povo outra alternativa senão o arrebrandamento dos diques. Ninguém jamais deteve, nem deterá impunemente, a marcha do povo.*

Q. 1000M





Iniciou os estudos superiores na Faculdade de Direito do Amazonas, transferindo-se, em 1949, para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), onde se formou.

Em 1958 abandonou suas atividades em São Paulo e retornou a Manaus para disputar uma cadeira à Câmara Federal pelo Amazonas. Foi o único candidato eleito na legenda do Partido Social Trabalhista, naquele estado.

No pleito de outubro de 1962, Almino Affonso foi o candidato que obteve a maior votação à Câmara Federal pelo Amazonas, reelegendo-se na legenda do PTB.

Em 1963, o Presidente João Goulart o designou Ministro do Trabalho e Previdência Social, mas ele se demitiu no mês de junho daquele ano.

Retornando à Câmara Federal, assumiu a liderança do bloco compacto do PTB.

Em 1º de abril, após o movimento político-militar que, em 31 de março de 1964, depôs João Goulart, Almino Affonso participou de uma reunião com Goulart em Brasília, para analisar o quadro político e a possibilidade de resistência. Em 10 de abril, na primeira lista de cassações divulgada, constava seu nome.

Asilado na embaixada da Iugoslávia, em Brasília, Almino Affonso permaneceria longos anos no exterior. Da Iugoslávia transferiu-se para o Chile, Uruguai, Peru e Argentina.

Em agosto de 1976 retornou ao Brasil e, em maio de 1979, filiou-se ao MDB. Com a extinção do bipartidarismo, em 29 de novembro de 1979, filiou-se ao PMDB.

Foi eleito vice-governador de São Paulo, nas eleições de 1986, pela legenda do PMDB, para o mandato 1987-1990.

Em 1994 foi eleito deputado federal, na legenda do PSDB, para o mandato 1995-1999. Atualmente está filiado ao PSB, Partido Socialista Brasileiro.

Almino Affonso é casado com Lígia de Brito Álvares Affonso, com quem tem três filhos.

Em tumultuada sessão do Congresso Nacional, de 27 de outubro de 1965, dia imediatamente posterior ao da assinatura do AI-2, o Senador Arthur Virgílio discursa combatendo o Ato, considerando-o contrário aos brasileiros sem direitos políticos. (trechos)

## CD 2 — Trilha 1

**Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho** nasceu em 12 de fevereiro de 1921, em Manaus, Amazonas, filho do magistrado Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro e Luiza da Conceição do Carmo Ribeiro.

Formou-se em Direito, em 1944, em Manaus, pela Faculdade de Direito do Amazonas. Teve como atividades principais a advocacia e o jornalismo.

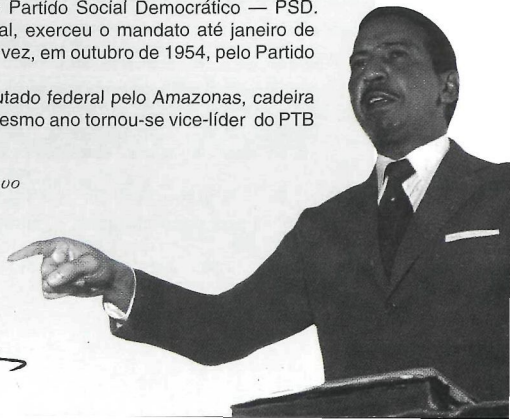
Ingressou na vida pública como chefe de gabinete do Governo do Amazonas e depois como secretário de Finanças e do Interior e Justiça.

Seu primeiro mandato foi em 1947, quando foi eleito deputado à Assembléia Constituinte do Amazonas pela legenda do Partido Social Democrático — PSD. Após a promulgação da nova Carta estadual, exerceu o mandato até janeiro de 1951, ainda na legenda do PSD e, mais uma vez, em outubro de 1954, pelo Partido Trabalhista Brasileiro — PTB.

Em outubro de 1958 foi eleito deputado federal pelo Amazonas, cadeira que ocupou no início de 1959. Em maio do mesmo ano tornou-se vice-líder do PTB

*Que nos fechem hoje, mas com o povo  
que nos assiste ao nosso lado; e não nos  
fechem amanhã, ingloriamente, com  
o aplauso do povo brasileiro, como  
aconteceu em 1937.*

*Arthur Virgílio*



e, dois meses após, vice-líder do bloco parlamentar de oposição.

Em 1961, durante o Governo do Presidente Jânio Quadros, apoiou a política externa oficial sustentando os princípios de autodeterminação, de não-intervenção e não-alinhamento do Brasil nas disputas entre os blocos hegemônicos internacionais. Já no Governo de Goulart, em novembro de 1961, apoiou o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas em 1947, e a Emenda Constitucional nº 5, que ampliou a participação dos municípios na renda tributária nacional.

Em março de 1962, alinhado ao chamado Bloco Compacto do PTB, grupo que reunia parlamentares de tendências socialistas, foi reconduzido à vice-liderança de seu partido na Câmara. Neste mesmo ano, no pleito de outubro, elegeu-se senador pelo Amazonas. Tomou posse no Senado em fevereiro de 1963. No mês seguinte fez-se líder do PTB e, em maio, vice-líder da Maioria — PSD e PTB e do Governo.

Em 16 de abril de 1964, Arthur Virgílio renunciou à vice-liderança do seu partido no Senado, estando já instalado o Governo de Humberto Castelo Branco. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 e a posterior implantação do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro — MDB, do qual tornou-se vice-líder no Senado em 1968.

Foi cassado em 1969 e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos por força do Ato Institucional nº 5, de 13-12-1968. Só em agosto de 1979 foi beneficiado pela anistia decretada pelo Presidente João Figueiredo.

Casou-se com Isabel Vitória de Matos Pereira. Seu filho Arthur Virgílio Ribeiro Neto elegeu-se deputado federal pelo Amazonas pela primeira vez, em 1982, na legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e hoje ocupa uma cadeira na Câmara pelo PSDB do Amazonas.

Arthur Virgílio Filho faleceu em 31 de março de 1987, no Rio de Janeiro.

# MÁRCIO MOREIRA ALVES

21

No dia 12 de dezembro de 1968, pronuncia discurso de defesa contra a solicitação do Ministro da Justiça, de licença para processá-lo em razão de pronunciamento feito às vésperas do dia 7 de setembro, em que teria insuflado estudantes e mulheres de militares a se posicionarem contra o Governo. (trechos)

**CD 2 — Trilha 2**

**Márcio Emanuel Moreira Alves** nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 14 de julho de 1936, filho de Márcio de Melo Franco Alves e de Branca de Melo Franco Alves.

Aos 17 anos começou a trabalhar como repórter do Correio da Manhã e, em 1956, foi correspondente de guerra do jornal durante o conflito anglo-egípcio, que resultou na nacionalização do canal de Suez.

Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1958. Em 1960 participou da comitiva do então candidato à presidência da República, Jânio Quadros, em uma visita a Cuba a convite do Primeiro-Ministro

*Pode um deputado pronunciar um discurso, mas o fato de poder proferi-lo não quer dizer que a Câmara a que pertence é solidária com os conceitos que emitiu. Simplesmente significa que a Câmara existe, que é um poder independente e que garante a seus membros a liberdade de palavras e opiniões.*





Fidel Castro. Como jornalista, apoiou a candidatura de José Magalhães Pinto, que se elegeu governador de Minas Gerais.

Inicialmente apoiou o movimento político-militar de 31 de março de 1964, voltando-se contra o regime por ele instituído a partir da edição, em abril, do Ato Institucional nº 1, do qual foi um dos primeiros opositores.

Elegeu-se deputado federal pelo antigo Estado da Guanabara na legenda do Movimento Democrático Brasileiro — MDB.

No dia 2 de setembro de 1968, dois dias após a invasão da UnB, Universidade de Brasília, pela Polícia Militar, fez um pronunciamento na Câmara conclamando o povo a realizar um “boicote ao militarismo” não participando dos festejos comemorativos da Independência do Brasil no dia 7 de setembro.

Em 30 de dezembro de 1968, logo após a edição do AI-5, foi divulgada a primeira lista de cassações, encabeçada por Márcio Moreira Alves; dela faziam parte onze deputados, e todos tiveram seus mandatos cassados. Márcio Moreira Alves deixou o País clandestinamente e permaneceu no Chile até 1971. Seguiu então para a França, onde se doutorou pela Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris. Em 1974 foi para Lisboa, tornando-se professor do Instituto Superior de Economia.

Retornou ao Brasil em setembro de 1979, beneficiado pela Lei da Anistia, promulgada pelo Presidente João Figueiredo em 28 de agosto do mesmo ano. Com a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, e concorreu a uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo Estado do Rio de Janeiro em novembro de 1982, obtendo uma suplência.

Casou-se com Marie de Preaulx Moreira Alves, de nacionalidade francesa, com quem teve três filhos.

Atualmente exerce sua atividade jornalística, sendo colunista no jornal *O Globo*.

# PETRÔNIO PORTELLA

23

Em 28 de fevereiro de 1973, ao transferir a presidência do Senado ao Senador Filinto Müller, o Senador Petrônio Portella falou dos trabalhos do Poder Legislativo no biênio 1971/72, salientando que a complexidade de um mundo novo impunha a esse poder, então em crise mundial, profundas transformações. Ao encerrar, destacou o desafio que o Legislativo enfrentaria naquele ano do sesquicentenário da criação do Senado. (trechos)

CD 2 — Trilha 3

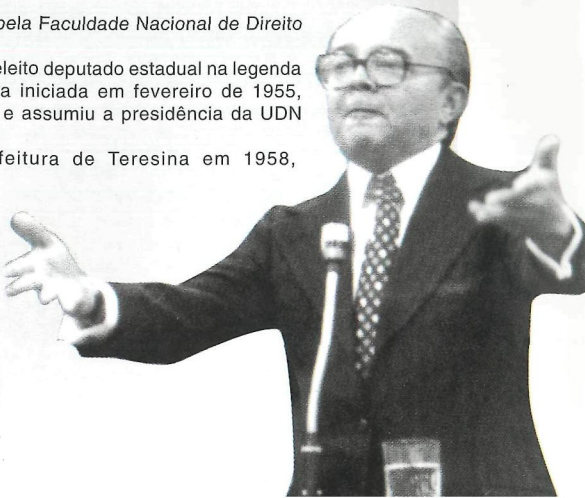
**Petrônio Portella Nunes** nasceu em Valença do Piauí, Estado do Piauí, em 12 de outubro de 1925, filho de Eustáquio Portella Nunes e Maria de Deus Ferreira Nunes.

*Concluiu seus estudos pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.*

Em outubro de 1954 foi eleito deputado estadual na legenda da UDN, e durante a legislatura iniciada em fevereiro de 1955, continuou liderando a oposição e assumiu a presidência da UDN no estado.

Candidatou-se à prefeitura de Teresina em 1958,

*Só se fará justiça ao Legislativo se a sua missão for vista à luz da lei, nascida da realidade social.*



conseguindo romper a coligação existente no Piauí entre o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, atraindo este último para uma aliança com a UDN. A gestão de Petrônio Portella na prefeitura de Teresina, iniciada em 1959, deu-lhe o renome de administrador eficiente, embora com falta de recursos. Rompeu com o Governador Chagas Rodrigues e com a cúpula da UDN, renunciando à presidência do diretório regional do partido, mas acabou por obter o apoio dos antigos adversários pessedistas, consolidando uma aliança considerada impossível, entre a UDN e o PSD. Lançou-se candidato ao Governo do Piauí por essa coligação em 1962, contando ainda com o apoio de pequenos partidos que eram contra o PTB e, em outubro, derrotou o candidato do PTB e da dissidência do PDS por ampla margem de votos.

Em janeiro de 1963, Petrônio Portella assumiu o Governo do estado.

Em 1967 passou a exercer o mandato de senador pelo Piauí, na legenda da Arena, e logo após a vice-liderança do partido; em 1968 tornou-se também vice-líder do governo.

De março de 1971 a 1972, ocupou a presidência do Senado. Em agosto de 1973 tornou-se líder do Governo no Senado e presidente nacional da Arena até 1975.

Foi reconduzido à presidência do Senado, em fevereiro de 1977, com a missão de buscar o entendimento entre o Governo e a Oposição em torno de reformas político-institucionais que substituíssem o regime de exceção pelo Estado de direito, mas, em 1º de abril de 1977, o Governo decretou o recesso do Congresso, que só voltou a funcionar 14 dias mais tarde. Petrônio Portella só completou sua missão em setembro de 1978, quando o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 11, revogando os atos institucionais, inclusive o AI-5.

Em 1º de fevereiro de 1979, Petrônio Portella deixou a presidência do Senado e em 15 de março, quando o General Figueiredo tomou posse na presidência da República, assumiu o Ministério da Justiça.

Foi casado com Iracema Almendra Freitas, com quem teve três filhos. Faleceu no dia 6 de janeiro de 1980, em Brasília.

Em 23 de agosto de 1979, na sessão do Congresso que votou a mensagem do Governo João Batista Figueiredo, o Senador Paulo Brossard considerou a anistia proposta assimétrica e insatisfatória, pois “perdoa todos os agentes da repressão”, que teriam torturado até a morte presos políticos, mas “não perdoa todos os acusados de subversão, por julgá-los terroristas”. (trechos)

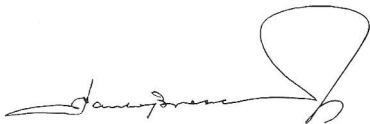
## CD 2 — Trilha 4

**Paulo Brossard de Sousa Pinto** nasceu em Bajé (RS), no dia 23 de outubro de 1924, filho de Francisco de Sousa Pinto e de Acila Brossard de Sousa Pinto, fazendeiros e pecuaristas naquele município.

Filiou-se, em fins de 1945, ao Partido Libertador, quando ainda aluno da Faculdade de Direito de Porto Alegre, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1947.

Ingressou no magistério em 1952, tendo lecionado na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, e na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*... a nossa vitória está longe de ser alcançada, mas, dia mais, dia menos, ela virá pela voz dos homens que, no fundo das trevas, não perdendo a esperança, anunciavam ao Brasil a anistia para os brasileiros.*





Em 1954 elegeu-se deputado estadual, sendo reeleito para as duas legislaturas seguintes.

Em 1964 foi titular da Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul.

Elegeu-se deputado federal em 1966, pelo MDB.

Foi eleito senador em 1974 e primeiro vice-presidente do MDB em 1975.

Em março de 1978 assumiu a liderança do MDB no Senado e, naquele ano, foi lançado, pela Frente Única pela Redemocratização, candidato à Vice-Presidência da República, na chapa encabeçada pelo General Euler Bentes Monteiro.

Reelegeu-se líder do MDB no Senado em 1979.

Foi Consultor-Geral da República de 28-8-85 a 14-2-86, quando assumiu o Ministério da Justiça, onde ficou até 18-1-89.

Em 5-4-89 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, vindo a aposentar-se em 24-10-94. Atualmente mantém escritório de advocacia em Porto Alegre, RS.

É casado com Lúcia Alves Brossard de Sousa Pinto, com quem tem dois filhos.

Além de uma tese em Direito Constitucional sobre o **impeachment**, publicou vasta obra relativa a temas jurídicos e políticos, na qual se destacam *Oposição* (1975), *O Senado e as leis inconstitucionais* (1976), *O balé proibido* (1977) e *É hora de mudar* (1977).

Na mesma sessão do Congresso Nacional, de 23 de agosto de 1979, o Senador Jarbas Passarinho admite que o projeto governamental era a anistia então possível e deveria ser considerado como o primeiro passo, que poderia ser futuramente ampliado. Além disso, explica que apenas 65 acusados de terrorismo não tinham sido beneficiados. (trechos)

## CD 2 — Trilha 5

**Jarbas Gonçalves Passarinho** nasceu em Xapuri (AC), no dia 11 de janeiro de 1920, filho de Inácio de Lóiola Passarinho e de Júlia Gonçalves Passarinho.

Aos três anos de idade, foi com a família para Belém. Seguiu depois para o Sul, onde cursou a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. Mudou-se para o Rio de Janeiro, ingressando, em 1940, na Escola Militar de Realengo.

Chegando a major em 1953, fez o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), que concluiu em 1955.

De 1956 a 1957 foi estagiário, adjunto e chefe de seção do quartel-general do Comando Militar da Amazônia

*... a nós cabe, como coube ao Presidente, o gesto aberto da generosidade, o primeiro. Se ele é aceito, muito bem, e haverá segundo, e haverá terceiro, e haverá perspectiva.*

*Jarbas Passarinho*



e, em 1958, foi nomeado superintendente-adjunto da Petrobrás na região amazônica, tornando-se seu superintendente em 1959.

Em agosto de 1962, alcançou o posto de tenente-coronel.

Indicado por Castelo Branco, Jarbas Passarinho assumiu em junho de 1964 o Governo do Pará, eleito pela Assembléia do estado.

Em janeiro de 1966 transmitiu o Governo do Pará a Alacid Nunes e, dois meses depois, ao serem criados a Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação política de apoio ao Governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), filiou-se à primeira, tornando-se presidente de sua seção paraense e membro do seu diretório nacional e da sua comissão executiva.

Em novembro de 1966 elegeu-se senador pelo Pará, na legenda da Arena. Em 15 de março de 1967 foi convidado pelo novo Presidente da República, Artur da Costa e Silva, para o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Nesse mesmo ano passou para a reserva, com a patente de coronel.

Em 30 de outubro de 1969, em virtude do agravamento do estado de saúde de Costa e Silva, toma posse na Presidência da República o General Emílio Garrastazu Médici, que convida Jarbas Passarinho para a Pasta da Educação.

Em 1974 reassumiu sua cadeira no Senado Federal. E, em novembro do mesmo ano, foi reeleito pela Arena do Pará.

Em fevereiro de 1981 foi eleito Presidente do Senado Federal.

Em novembro de 1983, a convite do presidente João Figueiredo, assumiu a Pasta da Previdência.

Em 1986, foi eleito como senador para a Assembléia Nacional Constituinte, pelo PDS do Pará, em aliança com Jáder Barbalho, que se elegeu governador.

Foi Ministro da Justiça do Governo Fernando Collor, de 15 de outubro de 1990 a 2 de abril de 1992, quando retornou ao Senado, para concluir seu mandato em janeiro de 1995.

Casou-se com Ruth de Castro Gonçalves Passarinho, com quem teve cinco filhos.

A 22 de novembro de 1979, em sessão do Congresso Nacional que decidia sobre a proposta de reformulação partidária compulsória, que extinguiu a Arena e o MDB e regulava o processo de criação de novos partidos, diante das galerias lotadas de emedebistas e arenistas (estes com faixas “Estamos com o João”, o então Presidente João Figueiredo), o Senador Marcos Freire toma esse mote para abrir o seu pronunciamento e protestar contra a iniciativa governamental de suprimir o partido opositorista. (trechos)

## CD 3 — Trilha 1

**Marcos de Barros Freire** nasceu em Recife no dia 5 de setembro de 1931, filho de Luís de Barros Freire, físico e professor catedrático da Escola Politécnica de Recife, e de Branca Palmira Freire. Em 1950, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco. Durante seus estudos superiores participou ativamente da política estudantil. Bacharelou-se em 1955. Nesse mesmo ano, tornou-se oficial de gabinete do prefeito de Recife, Djair Bandeira. Ainda em 1955 e no ano seguinte atuou no Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Paralelamente às suas atividades

*Somos a favor do pluripartidarismo que assegure a todas as correntes de pensamento político o direito de se organizarem autonomamente. Em nome deste pluripartidarismo, não se pode querer extinguir os partidos existentes.*





na Prefeitura, iniciou-se no magistério universitário em 1957, ingressando como professor na Faculdade de Ciências Econômicas, função que exerceria até 1968. Em 1962, foi nomeado diretor do Departamento de Procuradoria-Geral da Prefeitura da capital pernambucana, função que desempenhou até 1963. Nesse mesmo ano tornou-se Secretário de Assuntos Jurídicos e, mais tarde, de Abastecimento e Concessões, permanecendo nesses cargos até 31 de março de 1964, época em que esteve filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1967 tornou-se professor titular da cátedra de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1968 candidatou-se à prefeitura de Olinda e foi eleito com grande votação, na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Renunciou dois dias após assumir o cargo, em virtude da edição do Ato Institucional nº 5 (13-12-1968) e da imediata cassação do mandato de seu vice-prefeito. Afastado da política, passou a lecionar na Escola Superior de Relações Públicas de Recife, onde permaneceu até 1970, quando candidatou-se e elegeu-se deputado federal por Pernambuco na legenda do MDB, com a maior votação do estado. Junto com outros deputados fundou o grupo dos "autênticos" do MDB, a ala mais à esquerda do partido de oposição. Em maio de 1971, tornou-se vice-líder do MDB na Câmara dos Deputados. No pleito de 1974 elegeu-se senador por Pernambuco na mesma legenda. Casou-se com Maria Carolina Vasconcelos Freire, com quem teve quatro filhos. Foi ministro da Reforma Agrária, no Governo José Sarney, de 4 de junho a 8 de setembro de 1987, posto que ocupava quando morreu em um acidente aéreo em viagem de serviço, no sul do Pará.

Publicou *Contribuições para um levantamento da produção científica em Pernambuco* (1956), *Noções fundamentais de Direito* (1968) *Oposição no Brasil, hoje* (1974) e *Nação oprimida* (1977).

Em sua estréia no Senado Federal, em 16 de junho de 1983, trata do problema demográfico do País, da imprevidência de nossas autoridades no tocante às questões energéticas, do que chama de panacéia jurisdicista da demonologia política dos brasileiros, dos sonhos nacionais e das lições e soluções possíveis para nossa crise. ( trechos)

## CD 3 — Trilha 2

**Roberto de Oliveira Campos** nasceu em Cuiabá (MT), a 17 de abril de 1917, filho de Waldomiro de Oliveira Campos e Honorina de Oliveira Campos. Diplomou-se em Teologia e Filosofia e lecionou no interior paulista por um ano. Em 1939 tornou-se cônsul, após ser aprovado em concurso para o Itamarati, e, em 1942, foi nomeado para o seu primeiro cargo no exterior, em Washington, onde trabalhou na seção comercial da embaixada do Brasil.

Em julho de 1943, foi transferido para Nova Iorque e em dezembro do mesmo ano foi promovido a cônsul de segunda classe. Novamente designado para Washington, agora como segundo-secretário, permaneceu na capital

*Aprendamos as lições da História, não apenas porque quem não as aprende está condenado a repeti-las, como porque, como dizia Isaac Newton, “sábio não é quem ensina. É quem aprende”.*

*Roberto de Oliveira Campos*



norte-americana por mais de três anos, aproveitando para concluir o curso de Economia.

Transferido para Nova Iorque em março de 1947, lá permaneceu por dois anos e meio, período que aproveitou para fazer pós-graduação em Economia na Universidade de Colúmbia.

Em agosto de 1949 deixou Nova Iorque e retornou ao Brasil, aqui permanecendo a serviço da chancelaria.

Foi diretor, gerente-geral e presidente do BNDE em 1955; professor da Faculdade de Economia da Universidade do Brasil, de 1956 a 1961, e Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Econômica, de 1964 a 1967.

Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de 1967 a 1969, em 1968 foi nomeado presidente do Invest Banco e em 1972 tornou-se presidente da Olivetti do Brasil.

Integrou as juntas de governadores do Instituto Internacional de Planejamento e Educação, sediado em Paris, de 1972 a 1975, e do Instituto Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento, com sede em Ottawa, de 1973 a 1976.

Em dezembro de 1974 foi nomeado embaixador do Brasil em Londres.

Após a extinção do bipartidarismo, Roberto Campos, em 1980, filiou-se ao PDS — Partido Democrático Social. Esteve no Brasil em abril de 1981 para articular sua candidatura ao Senado pelo Estado de Mato Grosso — e em 1982 saiu-se vitorioso em sua campanha para o Senado.

Era o começo de sua carreira política: Senador (Constituinte), de 1983 a 1991, pelo PDS do Mato Grosso; Deputado Federal (Congresso Revisor), de 1991 a 1995, pelo PDS do Rio de Janeiro; e Deputado Federal, de 1995 a 1999, pelo PPR também do Rio de Janeiro.

Escreveu artigos para jornais, revistas e publicou diversos livros, dentre eles: *Economia, planejamento e nacionalismo* - 1963; *Ensaios contra a maré* — 1969; e *O mundo que vejo e não desejo* — 1976.

Casado com Maria Stella Tambellini de Oliveira Campos, teve três filhos.

Em 23 de março de 1988, na Assembléia Nacional Constituinte, o Senador Humberto Lucena, então presidente do Senado, defende o presidencialismo como forma de governo para o Brasil. A proposta, aprovada por 344 votos contra 212 e três abstenções, foi apresentada na forma de emenda coletiva. (trechos)

CD 3 — Trilha 3

**Humberto Coutinho de Lucena** nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, no dia 22 de abril de 1928, filho de Severino de Albuquerque Lucena e de Maria Hilda Coutinho de Lucena. Seu avô, Solon Barbosa de Lucena, foi presidente da Paraíba em 1916 e de 1920 a 1924.

No pleito de outubro de 1950 elegeu-se deputado estadual na Paraíba, pela legenda do Partido Social Democrático (PSD) para mandato a iniciar-se em fevereiro do ano seguinte. Nesse mesmo ano bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco. Reeleito em 1954, durante sua permanência na Assembléia chegou a ser Líder de seu partido.

Em 1958, elegeu-se deputado federal pela mesma legenda, tendo sido reconduzido à Câmara

*... o melhor sistema de governo é aquele que o povo quer; é o presidencialismo, sem dúvida nenhuma.*

*Humberto Lucena*





dos Deputados por mais três vezes, nas eleições de 1962, 1966 e 1974.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, (27-10-65) e instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No pleito de novembro de 1978, foi eleito senador, tornando-se Líder do MDB e da Minoria em 1979. Com a extinção do bipartidarismo, em 29 de novembro de 1979, na reformulação partidária, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1980 presidiu a Comissão Mista que apreciou a emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para governadores de estados e extinguindo a figura dos senadores eleitos indiretamente.

Foi Líder do PMDB de 1982 a 1984 e Líder do PMDB e do Governo em 1985. Retornou à Liderança de seu partido no biênio 1991-1992.

Humberto Lucena assumiu a presidência do Senado pela primeira vez em 1987, para mandato de dois anos, a ela retornando no biênio 1993-1994.

Lutou por eleições diretas para a Presidência da República e para prefeitos de capitais estaduais e, na Assembléia Nacional Constituinte, viu vitoriosa sua emenda de manutenção do presidencialismo no Brasil.

Humberto Lucena faleceu em 13 de abril de 1998, no exercício de seu terceiro mandato de senador da República, quando presidia a Comissão Especial de Reforma Política e Partidária.

Foi casado com Ruth Maria Heusi de Lucena, com quem teve quatro filhos.

Durante a apreciação da proposta de emenda presidencialista, em 23 de março de 1988, o Senador Nelson Carneiro lembrou os grandes dramas políticos do País em razão da prática do presidencialismo, tais como o suicídio de Getúlio Vargas e o exílio de Juscelino Kubitschek, marcando suas convicções parlamentaristas. (trechos)

CD 3 — Trilha 4

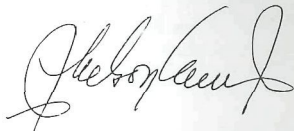
**Nelson de Sousa Carneiro** nasceu em Salvador no dia 8 de abril de 1910, filho de Antônio Joaquim de Sousa Carneiro e de Laura Coelho de Sousa Carneiro.

Estudou em Salvador até se formar pela Faculdade de Direito da Bahia em 1932.

Em 1929 filiou-se ao Partido Democrático Universitário da Bahia e iniciou sua carreira jornalística em *O Jornal*. Em agosto de 1932 foi preso e deportado para o Rio de Janeiro por ter apoiado a Revolução Constitucionalista de São Paulo, movimento de oposição ao Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas.

Filiou-se à União Democrática Nacional e em dezembro de 1945 foi eleito suplente de deputado pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte. Em 1947, após a promulgação da Constituição, assumiu uma cadeira.

*... a miséria que aí está não foi obra do parlamentarismo do Império. É a obra da República. É a obra do presidencialismo.*



Em 1950 foi eleito deputado federal pela Bahia na legenda da coligação constituída pelo Partido Social Trabalhista — PST, o Partido de Representação Popular — PRP, e o Partido Social Democrático — PSD. Tomou posse em fevereiro do ano seguinte e começou a defender suas teses divorcistas no Congresso, preocupando-se em particular com a situação da mulher.

Em outubro de 1958 concorreu às eleições pelo Rio de Janeiro, já que havia se transferido para aquela cidade, na legenda da coligação formada pelo seu partido, o PL, o Partido Socialista Brasileiro — PSB, o Partido Republicano Trabalhista - PRT e o Partido Trabalhista Nacional — PTN. Foi eleito e, em fevereiro de 1959, iniciou seu novo mandato na Câmara Federal.

No ano seguinte, em 1960, com a transferência da Capital para Brasília, passou a representar o Estado da Guanabara.

Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, foi Nelson Carneiro quem propôs, relatou e conduziu a votação da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo no Brasil.

Em outubro de 1962, foi reeleito pelo Estado da Guanabara na legenda da Frente Popular, tendo sido reeleito ainda em 1966.

Em novembro de 1970 foi eleito senador pelo MDB da Guanabara e em 1971 foi eleito líder do MDB no Senado.

Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em março de 1975, integrou-se politicamente à corrente emedebista do antigo estado do Rio.

Reelegeu-se para o Senado ainda duas vezes consecutivas, em 1978 e em 1986, como Senador Constituinte. Presidiu o Senado e o Congresso Nacional no biênio 1989-1990.

Em novembro, após a extinção do bipartidarismo, Nelson Carneiro filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB.

Viúvo, casou-se com Maria Luísa Monteza de Sousa Carneiro, natural do Peru, com quem teve uma filha, e, tendo-se divorciado anos depois, veio a se casar com Carmem Periu Casagrande de Sousa Carneiro.

Faleceu em 6 de fevereiro de 1996, no Rio de Janeiro.

Em 5 de outubro de 1988, na sessão de encerramento da Assembléia Nacional Constituinte e promulgação da Constituição de 1988, coube a Afonso Arinos o pronunciamento final, em nome dos parlamentares. (trechos)

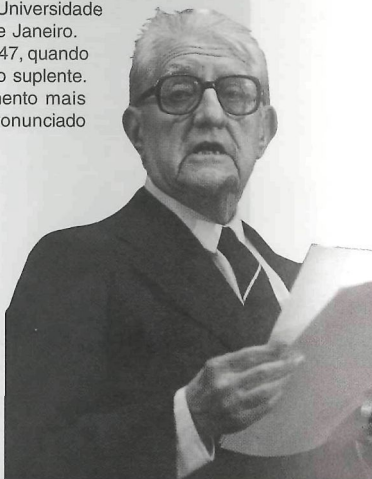
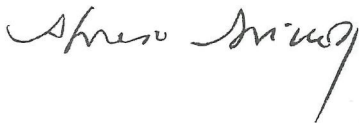
CD 3 — Trilha 5

**Afonso Arinos de Melo Franco** nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 27 de novembro de 1905. Filho de Afrânio de Melo Franco, advogado e líder político, e neto de Cesário Alvim, figura destacada no Império e na Primeira República.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1927, e exerceu logo depois o cargo de promotor público na capital mineira. Iniciou a carreira no magistério em 1936, como professor da Universidade do Distrito Federal, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A carreira política de Afonso Arinos começou em 1947, quando assumiu uma vaga de deputado federal, visto ter sido eleito suplente. Seguiram-se mais três mandatos consecutivos, cujo momento mais dramático ocorreu quando sugeriu, em célebre discurso, pronunciado

*Srs. Constituintes de hoje, Srs. Congressistas de amanhã, nosso dever é fazer política, e fazer política é praticar e defender a liberdade... é honrar nosso mandato, sustentar nosso trabalho, enobrecer a memória do nosso tempo.*



em 9 de agosto de 1954, que o Presidente Vargas renunciasse. Quinze dias depois o Presidente suicidou-se no Palácio do Catete.

De 1956 a 1958, participou do bloco de oposição ao Governo Kubitschek. Elegeu-se senador pelo então Distrito Federal em 1958. Foi senador até 1966, mas afastou-se duas vezes do cargo para assumir o Ministério das Relações Exteriores, no Governo Jânio Quadros e no regime parlamentarista.

Afonso Arinos apoiou a Revolução de 1964. E, em 1986, aos 81 anos, elegeu-se senador pelo Partido da Frente Liberal. Ocupou, desde 1958, uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e morreu no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1990.

Foi casado com Ana Guilhermina Rodrigues Alves Pereira, com quem teve dois filhos.



Ao encerrar os trabalhos constituintes, diante de representantes dos países lusófonos da África, dos presidentes da República, do Supremo e do Congresso, além de autoridades eclesiásticas e embaixadores, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte exalta a participação popular na elaboração da nova Constituição brasileira, por ele considerada um passo à frente na consolidação de nossa democracia. (trechos)

## CD 4 — Trilha 1

**Ulysses Guimarães**, parlamentar por mais de quatro décadas, participou dos principais acontecimentos da vida nacional e presidiu a Assembléia Nacional Constituinte que promulgou a Constituição brasileira de 1988.

Ulysses Silveira Guimarães nasceu em Rio Claro (SP), no dia 6 de outubro de 1916, filho de Ataliba Silveira Guimarães e de Amélia Correia Fontes Guimarães.

Foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, especializando-se em Direito Tributário.

*Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados.*



Em 1947 foi eleito deputado estadual à Constituinte de São Paulo e, em 1949, foi eleito líder da bancada do PSD na Assembléia, cargo que ocupou até o final do mandato.

Foi eleito deputado federal em 1950 e, desde então, reelegeu-se sucessivamente sempre para a Câmara dos Deputados.

Foi nomeado Ministro da Indústria e Comércio no Gabinete Tancredo Neves, durante o breve período parlamentarista de 1961-1962. Foi Procurador-Geral do Estado, SP.

Em fevereiro de 1971 assumiu a presidência do MDB e representou o Congresso brasileiro na ONU. Em 1973 foi lançado candidato à Presidência da República pelo MDB, tendo como candidato à Vice-Presidência Barbosa Lima Sobrinho. Ulysses declarou-se "anticandidato", pois sua campanha foi simbólica e teve caráter de denúncia do regime.

Foi reeleito para a presidência do partido em 1975 e, em 1979, quando realizou-se a última convenção nacional do MDB.

Em 1980, após a extinção do MDB e da Arena, foi eleito presidente do novo partido, o PMDB. Tendo sempre se destacado na luta pela redemocratização do País, em 1984 Ulysses Guimarães liderou a campanha pelas eleições diretas.

Em 1985 foi eleito presidente da Câmara dos Deputados e, em 1987, presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Publicou, entre outros: *Vida Exemplar de Prudente de Moraes* (1940); *A Cruz na História do Brasil*; *José Bonifácio e o Romantismo Brasileiro e Socialização do Direito*.

Casou-se com Ida de Almeida Guimarães (Dona Mora).

Faleceu no exercício do mandato, em 12 de outubro de 1992.

Em Sessão Solene do Congresso Nacional realizada em 26 de novembro de 1992, o senador Pedro Simon homenageia a memória do deputado Ulysses Guimarães, ex-presidente de seu partido, o PMDB, morto em desastre aéreo, no litoral do Rio de Janeiro, juntamente com sua mulher, D. Mora, e o ex-ministro e senador Severo Gomes e esposa. (trechos)

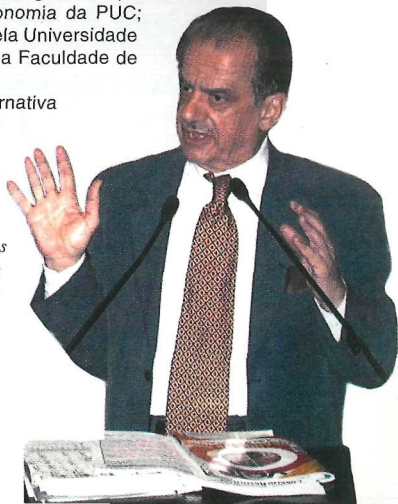
## CD 4 — Trilha 2

**Pedro Jorge Simon** nasceu em Caxias do Sul (RS), no dia 31 de janeiro de 1930, filho de Jorge Simon e Jallila Simon.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. Fez pós-graduação em Economia Política no Instituto de Economia da PUC; especialização em Economia Política e Direito Penal pela Universidade de Sorbonne, Paris, e realizou estudos sobre direito na Faculdade de Direito em Roma.

Em 1956 foi eleito presidente da Junta Governativa da UNE.

*Há um grande silêncio neste plenário. Há uma grande ausência nestas salas e corredores. Não obstante o silêncio e a ausência, silêncio que perturba os nossos ouvidos, ausência que fere os nossos olhos, a voz forte de Ulysses Guimarães ecoa na consciência moral deste Parlamento, de nosso povo e do nosso tempo.*



Ingressou na política em 1960, quando foi eleito vereador e líder da bancada do extinto PTB em Caxias do Sul.

Foi eleito deputado estadual em 1962, sendo reeleito nas legislaturas subseqüentes.

Em 1979 foi eleito senador da República. Foi vice-líder da bancada do MDB no Senado.

Foi ministro da Agricultura de 1985 a 1986 e governador do Rio Grande do Sul de 1987 a 1990.

Foi reeleito senador em 1990, para mandato a iniciar-se em fevereiro de 1991, e, no último pleito, em outubro de 1998, obteve sucesso, garantindo nova recondução, para mandato de 1999 a 2007.

É casado com Ivete Fulber.

Pedro Simon teve três filhos.

Em sessão do Senado de 15 de dezembro de 1994, eleito Presidente da República no primeiro turno das eleições realizadas em 3 de outubro daquele ano, despede-se da Casa e fala do seu programa de governo. Anuncia, então, que o Brasil, ao ingressar em novo tempo, tem pressa e precisa de reformas. (trechos)

CD 4 — Trilha 3

**Fernando Henrique Cardoso** nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de junho de 1931, filho de Leônidas Cardoso e Nayde Silva Cardoso.

Doutor em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no ano de 1961. De 1962 a 1963 cursou pós-graduação no "Laboratoire de Sociologie Industrielle" da Faculdade de Paris. Livre Docente em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Fernando Henrique Cardoso começou sua carreira política em 1978, quando foi eleito suplente de senador, pelo estado de São Paulo, no partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB.

Em 1983, assumiu a cadeira no Senado.

Em 1985 foi candidato à Prefeitura de São Paulo pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, mas perdeu as eleições por uma diferença de menos de 1% de votos.

*Não é a moeda forte que faz o País; é o País que faz a moeda forte.*





Foi reeleito para o Senado em 1986, pelo PMDB de São Paulo. De 1987 a 1988 atuou como senador Constituinte. Ainda em 1988 foi membro fundador do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, do qual foi líder no Senado até 1992.

Em outubro de 1992 tomou posse como ministro de Estado das Relações Exteriores, no Governo de Itamar Franco, onde permaneceu até maio de 1993, passando a ocupar, no mesmo mês, o cargo de ministro da Fazenda, onde ficou até março de 1994.

Através da aliança PSDB-PFL-PTB, em 3 de outubro de 1994, foi eleito Presidente da República, em primeiro turno e empossado em 1º de janeiro de 1995.

Reeleito Presidente da República, em primeiro turno, em 4 de outubro de 1998, tomou posse em 1º de janeiro de 1999.

Cabe destacar que Fernando Henrique Cardoso publicou vários trabalhos no Brasil e no exterior, entre os quais: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*; *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*; *O modelo político brasileiro e Autoritarismo e democratização*.

É casado com Ruth Cardoso e tem três filhos.

Em 15 de fevereiro de 1995, em sessão de abertura da 50a. Legislatura do Congresso Nacional, o Presidente José Sarney faz uma análise do papel do Legislativo num regime democrático, lembrando que ao Congresso Nacional incumbe o dever de fiscalizar, acompanhar e controlar o Poder Executivo, consistindo-se no único fórum onde a sociedade pode questionar governos, pessoas e até mesmo o próprio Parlamento. (trechos)

## CD 4 —Trilha 4

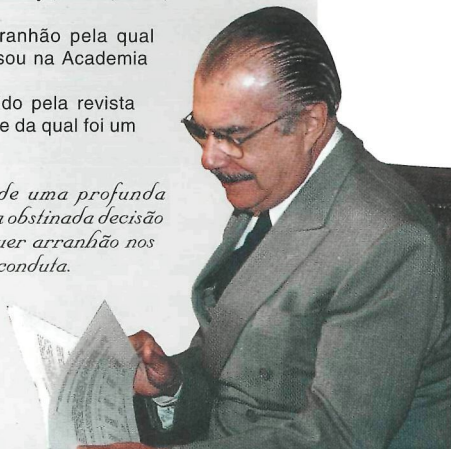
**José Ribamar Ferreira de Araújo** nasceu em Pinheiro (MA) no dia 24 de abril de 1930, filho de Sarney de Araújo Costa e de Kiola Ferreira de Araújo Costa. Em 1965 adotou legalmente o nome de José Sarney Costa por ser conhecido em seu Estado como “Zé do Sarney”, isto é, José, filho de Sarney.

Cursou a Faculdade de Direito do Maranhão pela qual bacharelou-se em 1953. Por essa época, ingressou na Academia Maranhense de Letras.

Fez parte do movimento literário difundido pela revista *Ilha*, que lançou o pós-modernismo no Maranhão e da qual foi um dos fundadores.

*Nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem norrear nossa conduta.*

*José Sarney*



Ingressou na vida política em 1954. Foi eleito deputado federal em três legislaturas.

Conquistou o governo do Maranhão pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) com o dobro da votação do segundo colocado.

Em 1970 foi eleito para o Senado Federal, tendo exercido o cargo de vice-líder do Governo Geisel.

Reelegeu-se em 1978 e, no ano seguinte foi presidente Nacional da Arena. Em 1980 foi Presidente Nacional do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena. Nesse ano foi eleito para a Academia Brasileira de Letras na vaga de José Américo de Almeida.

Renunciou à presidência do PDS e desligou-se do Partido em junho de 1984. Formou a Frente Liberal — mais tarde transformada no Partido da Frente Liberal (PFL) — que apoiou a candidatura de Tancredo Neves à presidência. Foi indicado como candidato a Vice-Presidente e a chapa venceu no Colégio Eleitoral. Em razão da doença de Tancredo Neves, internado à véspera da posse, José Sarney assumiu a presidência da República em caráter interino e foi confirmado no cargo após a morte do Presidente eleito, em abril de 1985.

Como Presidente da República, a princípio, manteve as idéias básicas e o Ministério de seu antecessor.

No início de 1986 lançou o Programa de Estabilização Econômica, conhecido como Plano Cruzado.

Em 1990 foi eleito senador pelo Amapá. Em 1995, assumiu a presidência do Senado e do Congresso Nacional.

Atualmente exerce seu mandato de senador pelo Amapá, já reeleito, no pleito realizado em outubro de 1998, para mandato que se inicia em fevereiro de 1999.

Publicou, entre outras obras, uma coletânea de poesias, *Marimbondos de fogo* (1980); *Norte das águas* (1969), *Brejal dos guajás e outras histórias* (1985), livros de contos; e o romance *O dono do mar* (1995).

É casado com Marly Macieira Sarney, com quem tem três filhos.

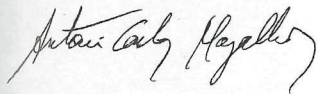
Em seu discurso inaugural no Senado Federal, no dia 15 de março de 1995, após análise da situação cacaujeira em seu Estado, o senador Antonio Carlos Magalhães manifesta preocupação com o funcionamento precário da Justiça no País. Recebe apertes dos senadores Josaphat Marinho, Hugo Napoleão, Pedro Piva, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Bernardo Cabral e Ney Suassuna. (trechos)

## CD 5 — Trilha 1

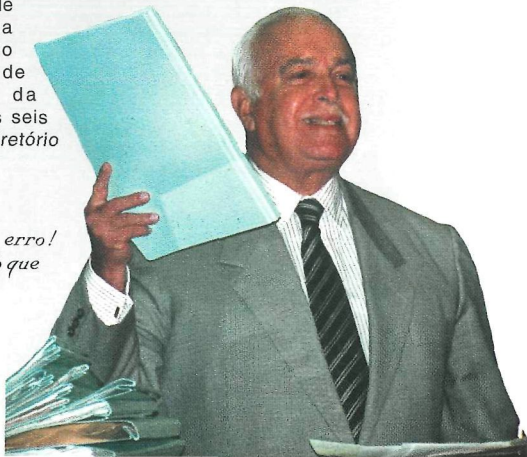
**Antonio Carlos Peixoto de Magalhães** nasceu em Salvador, BA, no dia 4 de setembro de 1927, filho de Francisco Peixoto de Magalhães Neto e Helena Celestina de Magalhães.

Em 1952, formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Em sua vida estudantil, foi presidente do Grêmio do Ginásio da Bahia, representante de série no diretório acadêmico da Faculdade de Medicina durante os seis anos do curso e ainda presidente do Diretório Central dos Estudantes da Bahia.

*... não poderemos transigir com o erro!  
O erro de cada um de nós é um pecado que  
vamos carregar por todo e sempre!*



Antonio Carlos Magalhães





Exerceu a função de médico do Serviço Público Estadual e foi professor adjunto da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia.

Eleito deputado estadual em 1954, pela UDN (União Democrática Nacional), foi líder do partido e membro de várias comissões, inclusive presidente da de Finanças e Orçamentos.

Em 1958 se candidata à Câmara Federal, vindo a conquistar o seu primeiro mandato de deputado federal, para o qual foi reeleito sucessivamente em 1962 e 1966.

Ainda durante o seu terceiro mandato, em 1967, foi nomeado Prefeito de Salvador, para o período 1967-1970. Veio a ser Governador do Estado da Bahia pela primeira vez em 1971, com mandato até 1975.

Foi presidente da ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S/A ), e membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional no biênio 1976-1978.

Eleito Governador da Bahia pela segunda vez, cumpriu mandato de 1979 a 1983. Foi presidente da Fundação Bahiana para Estudos Econômicos e Sociais (1983) e ocupa a Cadeira n.º 37 da Academia de Letras da Bahia, desde 1983.

Foi ministro de Estado das Comunicações durante o governo do Presidente José Sarney, de 1985 a 1990. Em março de 1991 assumiu pela terceira vez o Governo do Estado da Bahia.

Foi eleito senador da República para o período 1995-2003. Foi presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no biênio 1995-1996 e eleito Presidente do Senado para o biênio 1997-1998.

Em fevereiro de 1999 foi reeleito Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional para o biênio 1999-2000.

Entre outras obras, publicou *Não Era Fácil Ser Revolucionário* e *Meu Compromisso com o Nordeste*.

O senador Antonio Carlos Magalhães é casado com Arlette Maron de Magalhães, com quem teve quatro filhos.



Em sessão de 8 de fevereiro de 1996, após 8 anos de tramitação no Congresso Nacional — no Senado Federal desde 1993 — o senador Darcy Ribeiro relata projeto de lei de diretrizes e bases para a educação brasileira. Educador, fundador da Universidade de Brasília (UnB), ao final da votação da matéria faz breve, mas comovido agradecimento aos seus pares, destacando a *colaboração recebida de todos para aprovar o substitutivo ao projeto da nova lei, a ser apreciado, em seguida, pela Câmara dos Deputados.* (trechos)

CD 5 — Trilha 2

**Darcy Ribeiro** nasceu em 26 de outubro de 1922, em Montes Claros, MG. Filho de Reginaldo Ribeiro dos Santos e Josephina Augusta da Silveira Ribeiro.


Formou-se em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia Política de São Paulo, em 1946. Especializou-se em Antropologia.

De 1946 a 1954 foi etnólogo nas aldeias indígenas do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia. Em 1954 esteve como Assessor da Organização Internacional do Trabalho — OIT, em Genebra.

Foi fundador do Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

No Governo João Goulart veio a ser Chefe da Casa Civil e ministro da Educação

*Estou orgulhoso porque, juntos, elaboramos a lei que o Brasil precisava, uma lei luminosa para a educação, uma lei que permitirá ao Brasil certificar a si mesmo como civilização.*



e Cultura. Primeiro Reitor da Universidade de Brasília, a qual planejou e implantou no Governo de Juscelino Kubitschek .

Trabalhou como redator de projetos de reforma para a Universidade Nacional do Uruguai; para o Sistema Universitário Peruano; para a Universidade Central da Venezuela, além de projetar novas universidades para a Costa Rica, o México e a Argélia.

Foi colaborador do Presidente Salvador Allende, na tarefa de implantação do Socialismo em Liberdade, no Chile. Assessor do Governo Velasco, no Peru, para revolução agrária e instituição de formas de participação popular no exercício do poder, na gestão da economia e na condução da vida política e social, implantando o Centro de Estudos de Participação Popular de Lima, em 1972.

Em 1982 foi eleito vice-governador do Rio de Janeiro pelo PDT ( Partido Democrático Trabalhista), no governo Leonel Brizola, tendo sido coordenador da reforma do Ensino de 1º Grau no Rio de Janeiro, de que resultou o Plano Especial de Educação e implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP).

Eleito senador da República, em 1990, para mandato a iniciar-se em fevereiro de 1991, tornou-se Secretário Extraordinário de Programas Especiais do Rio de Janeiro em agosto de 1991, cargo que ocupou até fevereiro de 1992.

De volta ao Senado Federal, relatou o projeto de lei de diretrizes e bases da educação.

Publicou diversos trabalhos, dentre eles: “ *Kadiweu — Ensaios Etnológicos sobre o Saber, o Azar e a Beleza*” (1950) . *Plano Orientador da Universidade de Brasília* (1962). *O Processo Civilizatório — Etapas da Evolução Sócio-Cultural* (1968), publicado originalmente em inglês e editado, também, em português, espanhol (Venezuela, Argentina, México e Cuba), em alemão e italiano.

Darcy Ribeiro faleceu em Brasília, em 17 de fevereiro de 1997.

# JOSAPHAT MARINHO

51

*Em sessão realizada em 20 de janeiro de 1999, o Senador Josaphat Marinho despede-se da Casa. Lembra o início de sua vida pública na Bahia. Fala da situação do País e critica o neoliberalismo, pregando o fortalecimento das instituições democráticas, anunciando que, mesmo sem mandato, continuará na militância da "democracia e da justiça social".*

*Ao final, o Presidente Antonio Carlos Magalhães também o saúda e homenageia, convidando-o a assumir a presidência da sessão. (trechos)*

**CD 5 — Trilha 3**

**Josaphat Ramos Marinho** nasceu em Areia, hoje Ubaíra (BA), no dia 28 de outubro de 1915, filho de Sinfrônio de Sales Marinho e de Adelaide Ramos Marinho.

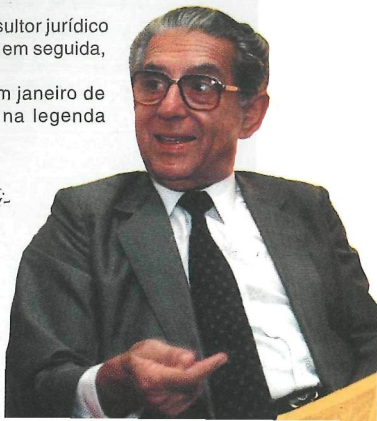
Ingressou, em 1934, na Faculdade de Direito da Bahia, ali bacharelando-se.

Ocupou interinamente, em 1942, o cargo de consultor jurídico do Departamento de Serviço Público da Bahia, passando, em seguida, a dedicar-se ao magistério.

Findo o Estado Novo (1937-1945), foi eleito, em janeiro de 1947, deputado à Assembléia Constituinte da Bahia na legenda

*... não reivindico postos, mas continuarei a ser um militante da democracia e da justiça social.*

*Josaphat Ramos Marinho*



da União Democrática Nacional (UDN). Deixou a Assembléia em 1951, a ela retornando em outubro de 1954, eleito pela legenda do Partido Liberal (PL).

Após a posse de Juraci Magalhães no Governo da Bahia, em 1959, Josaphat Marinho foi nomeado, em abril, Secretário do Interior e Justiça do Estado. Ocupou o cargo até 1960, porque foi designado secretário da Fazenda. Exerceu essa função somente até março de 1961, quando foi nomeado pelo Presidente Jânio Quadros para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Com a renúncia do presidente, em 25-8-61, pediu demissão do cargo, que não foi aceita imediatamente. Permaneceu na presidência do CNP até dezembro de 1961. Retornou, então, à Bahia, assumindo novamente a Secretaria da Fazenda até dezembro de 1962.

No pleito de outubro de 1962, elegeu-se para o Senado Federal pela Bahia. Concluído seu mandato em 1971, Josaphat afastou-se da vida pública, voltando a se dedicar à advocacia e ao magistério superior como professor de Direito Constitucional na Universidade de Brasília (UnB).

Em dezembro de 1979, no contexto da reformulação partidária posterior à extinção do bipartidarismo (29-11-79), assinou, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, que, após oito anos de afastamento, voltava à vida pública para "dar uma contribuição ao processo de formação de novos partidos".

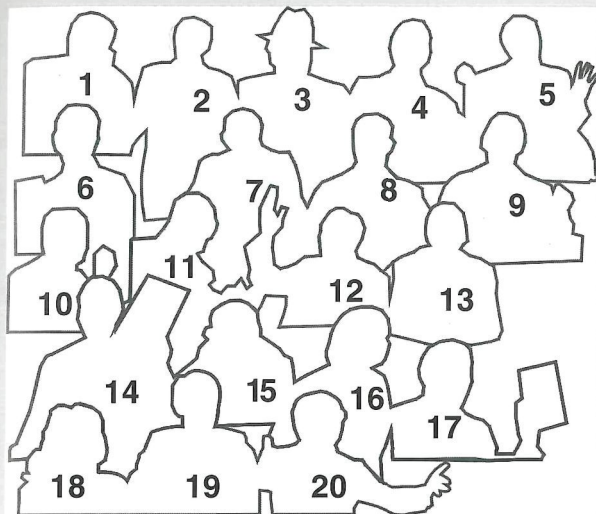
Josaphat Marinho tornou-se membro do Instituto dos Advogados da Bahia, do Instituto Baiano de Direito do Trabalho e da Academia Baiana de Letras. Exerceu seu segundo mandato de senador da República (1990-98) durante o qual foi relator-geral do novo Código Civil brasileiro, aprovado no Senado depois de 22 anos de tramitação no Congresso Nacional.

Josaphat Marinho é casado com Iraci Ramos Marinho, com quem teve dois filhos.



# SILHUETAS NUMERADAS

53



1 Márcio Moreira Alves  
2 Nelson Carneiro  
3 Paulo Brossard  
4 Arthur Virgílio  
5 Pedro Simon  
6 Afonso Arinos  
7 Jarbas Passarinho

8 Adauto Cardoso  
9 Humberto Lucena  
10 José Maria Alkmin  
11 José Sarney  
12 Almino Affonso  
13 Fernando Henrique Cardoso  
14 Antonio Carlos Magalhães

15 Roberto Campos  
16 Marcos Freire  
17 Ulysses Guimarães  
18 Darcy Ribeiro  
19 Josaphat Marinho  
20 Petrônio Portella



# QUADRO RESUMO

CD	TRILHA			
CD - 1	1	<b>Antonio Carlos Magalhães</b> Apresentação	23/2/99	00:01:36
	2	<b>José Maria Alkmin</b> Defesa da adoção do parlamentarismo	31/8/61	00:10:43
	3	<b>Adauto Cardoso</b> Contra manifestação na Central do Brasil	22/8/63	00:30:54
	4	<b>Almino Affonso</b> <i>Responde a Adauto Cardoso</i>	22/8/63	00:23:51
CD - 2	1	<b>Arthur Virgílio</b> Combate o Ato Institucional nº 2	27/10/65	00:17:18
	2	<b>Márcio Moreira Alves</b> Defesa contra processo do Min. da Justiça	12/12/68	00:10:12
	3	<b>Petrônio Portella</b> Encerramento de gestão na Presidência do Senado	28/2/73	00:11:43
	4	<b>Paulo Brossard</b> Crítica a anistia política proposta pelo Governo	23/8/79	00:16:40
	5	<b>Jarbas Passarinho</b> Defende a anistia política proposta pelo Governo	23/8/79	00:07:30

# QUADRO RESUMO

55

CD	TRILHA			
CD - 3	<b>1</b>	<b>Marcos Freire</b> Contra a extinção do MDB	22/11/79	00:09:18
	<b>2</b>	<b>Roberto Campos</b> Analisa situação geral do País	16/6/83	00:19:10
	<b>3</b>	<b>Humberto Lucena</b> Defende o presidencialismo	23/3/88	00:08:19
	<b>4</b>	<b>Nelson Carneiro</b> Defende o parlamentarismo	23/3/88	00:09:13
	<b>5</b>	<b>Afonso Arinos</b> Encerramento da Constituinte	5/10/88	00:20:26
CD - 4	<b>1</b>	<b>Ulysses Guimarães</b> Encerra trabalhos da Constituinte	5/10/88	00:10:27
	<b>2</b>	<b>Pedro Simon</b> Homenagem a Ulysses Guimarães	26/11/92	00:14:06
	<b>3</b>	<b>Fernando Henrique Cardoso</b> Despede-se do Senado para assumir presidência	15/12/94	00:19:56
	<b>4</b>	<b>José Sarney</b> Abertura 50ª legislatura do Congresso Nacional	15/2/95	00:23:16
CD - 5	<b>1</b>	<b>Antonio Carlos Magalhães</b> Funcionamento precário da justiça	15/3/95	00:27:58
	<b>2</b>	<b>Darcy Ribeiro</b> Resume inovações LDB - Educação	8/2/96	00:07:54
	<b>3</b>	<b>Josaphat Marinho</b> Despede-se do Senado	20/1/99	00:21:06